



Há o temor de que o déficit de profissionais para a cabotagem, realizada entre portos do mesmo país, chegue a 4 mil pessoas até 2030

Falta de marítimos desafia cabotagem

Por ano, são necessários 500 oficiais

Mão de obra insuficiente afeta a qualidade do serviço prestado

DESARTORI

DA REDAÇÃO

A formação em número insuficiente de oficiais de Marinha Mercante, os chamados marítimos, trará um drástico efeito em 2030 para a navegação brasileira: o déficit de profissionais girando entre 2 mil e 4 mil. A conclusão é da pesquisa realizada pela Fundação Vanzolini e pelo Centro de Inovação em Logística e Infraestrutura Portuária (Cilip) da Universidade de São Paulo (USP).

Encaminhado pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) e Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam), o estudo demorou aproximadamente seis meses para ser concluído e foi apresentado no mês passado.

“A falta de profissionais causa prejuízo na qualidade das operações, uma vez que nós não temos condições sempre de selecionar os melhores oficiais e acabamos tendo que usar os que temos disponíveis. E nem sempre atendem aos mais altos níveis de qualidade nas operações”, afirma o diretor-executivo da Abac, Luís Resano. “O horizonte que se descortina é preocupante”, emenda o presidente do Syndarma, Gustavo Machado.

Foram processados 432 mil cenários na pesquisa, com saldos de profissionais calculados. Os resultados apontam que apenas em 18.166 deles - ou seja, em 4,2% do total - não haveria falta de mão de obra. “Trata-se de um percentual muito pequeno e pode-se dizer que estes cenários em que não haveria falta de oficiais são cenários com crescimento

DESSERVIÇO

O presidente do Syndarma, Gustavo Machado, vai além e classifica o não aproveitamento da capacidade máxima de formação como um desserviço à população brasileira, prejudicando o desenvolvimento do País e que deve ser urgentemente corrigido.

“A formação concedida pela Marinha prepara profissionais qualificados, de nível superior, capacitando-os para o mercado, possibilitando a ocupação de milhares de postos de trabalho, sendo certo o potencial de aproveitamento desses profissionais em diversas outras atividades da economia brasileira, tais como: carreiras do funcionalismo público municipal, estadual e federal; parques industriais de todo tipo; média e alta administração de empresas de transporte marítimo e fluvial e outros”, lista.

de demanda anual de 1%”, completa o documento.

“É previsto na legislação que os navios de bandeira brasileira operem com marítimos brasileiros. Com isso, haverá grande prejuízo, comprometendo seriamente essa condição. Com o programa BR do Mar, a ideia era expandir a frota de bandeira brasileira. Caso não haja marítimos em quantidade suficiente, como vamos fazer? Isso vai causar uma falta de navios por conta da ausência de mão de obra, comprometendo o atendimento ao usuário”, argumenta Resano.

Dentre os cenários, aquele que apontou maior falta de marítimos resultou em um déficit de 11.363 profissionais, enquanto o saldo mais positivo apontou uma sobre de 1.181 oficiais. Na média, a falta esperada é de 3.930. “Pode-se dizer, a partir destes resultados, com alta con-

fiabilidade, que haverá uma falta de oficiais em 2030 e que esse número tem probabilidade alta para estar entre 2 mil e 4 mil profissionais”, atesta o estudo.

ENERGIA NO MAR

O presidente do Syndarma especifica ainda mais os futuros prejuízos, classificando por ele como “incomensuráveis”, que irão comprometer a regular oferta do transporte de cabotagem e ainda impactar a indústria de óleo e gás. Vale recordar que 97% da exploração nacional acontece nos campos marítimos.

“Há uma demanda crescente por embarcações de apoio marítimo no País, impulsionada pelos planos de negócios da Petrobras, além da pretendida exploração de óleo e gás na Margem Equatorial (localizada entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte), que poderá a vir a ser um novo pré-sal”, explica.

Além disso, outro aspecto lembrado por Machado é o necessário emprego de embarcações de apoio marítimo para dar suporte ao novo universo de exploração e produção de energia no mar, gerada a partir da instalação de turbinas eólicas, criando as fazendas eólicas offshore. Uma iniciativa que, observa o presidente do Syndarma, certamente exigirá mais oficiais, que também serão empregados nas unidades marítimas e plataformas em número significativo.

“Todos esses projetos, aliados à demanda da cabotagem, em franco crescimento, e da frota da Transpetro, apontam para a necessidade da criação imediata de novos postos de trabalho e emprego de profissionais de Marinha Mercante”, completa.

Para evitar o déficit de que gira entre 2 mil e 4 mil profissionais estimado para 2030, a pesquisa realizada pela Fundação Vanzolini e pelo Centro de Inovação em Logística e Infraestrutura Portuária (Cilip) da Universidade de São Paulo (USP) recomenda que a Marinha forme, pelo menos, mais 500 marítimos ao ano.

“A gente vem sempre alertando à Marinha para que forme mais marítimos porque a demanda, quando ocorre, é imediata. E demora quatro anos para formar. E a Marinha sempre relutando, dizendo que tem ouvido o sindicato da categoria dizendo que há sobra de oficiais, que falta emprego e não forma mais marítimos”, afirma o diretor-executivo da Abac, Luís Resano.

“A abertura de vagas anualmente, em seu número máximo e constante, certamente evitará grandes variações”, emenda o presidente do Syndarma, Gustavo Machado.

AÇÕES

Em reuniões com a Diretoria de Portos e Costas, responsável pela formação dos marítimos, Machado revelou que são buscadas ações para 2025, como pleiteado pelos armadores. Dentre elas, estão o aumento das vagas para as escolas de formação e a retomada dos cursos de adaptação e atualização de oficiais de Náutica e Máquinas.

“O Syndarma também entende ser preciso reformular a política de descontingenciamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, permitindo que as escolas possam ter instalações em permanente modernização e adequação, acompanhando o desenvolvimento das embarcações”, argumenta o presidente. (TS)